

A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE JEAN-PAUL SARTRE

THE CONSTITUTION OF THE SUBJECT ACCORDING TO JEAN-PAUL SARTRE

Lúcia Cecília da Silva ¹ Marina Meneguetti Vaccaro ²

Resumo

As questões sobre o sujeito, sobre o humano, inquietam grandemente a humanidade e várias áreas do conhecimento. Compreender o sujeito e os processos pelos quais ele se constitui é o foco central e base da ciência psicológica. Contudo, este objeto de estudo se reveste de dificuldades, o que transparece nas várias abordagens a seu respeito, ora objetivistas, ora subjetivistas. Com a finalidade de contribuir com tal discussão, este estudo objetiva analisar como o existencialismo de Jean-Paul Sartre aborda os processos de constituição do sujeito. A perspectiva sartreana enriquece a Psicologia, pois, ao rejeitar reducionismos, oferece uma concepção que não dicotomiza o fenômeno da objetificação-subjetificação, na medida em que concebe o sujeito na relação dialética entre a objetividade e a subjetividade. Sartre não apenas propõe elementos para compreender corpo, consciência e mundo como uma realidade humana e histórica, como, também, elucida como o sujeito, ao ser forjado na intersubjetividade, realiza a sua história pessoal e coletiva.

Palavras-chave: Psicologia; constituição do sujeito; existencialismo; Jean-Paul Sartre.

Abstract

The issues on the subject, on the human being, widely concern mankind and several areas of knowledge. Understanding the subject and the processes by which such a subject is constituted is the central focus and basis of psychological science. However, this object of study has difficulties, which are evident in the different approaches to it, either objectivist or subjectivist ones. In order to contribute to such discussion, this study aims at analyzing how the existentialism of Jean-Paul Sartre approaches the processes of the constitution of the subject. The Sartrean perspective enriches Psychology because, by rejecting reductionisms, it offers a conception that does not dichotomize the phenomenon of objectification-subjectification, since it conceives the subject in the dialectical relation between objectivity and subjectivity. Sartre does not only suggest elements to understand body, consciousness and the world as a human and historical reality, but also elucidates how the subject, who is forged in intersubjectivity, constructs his/her personal and collective history.

Keywords: psychology; constitution of the subject; existentialism; Jean-Paul Sartre.

¹ Docente do curso de Graduação e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) do curso de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: lcsilva2@uem.br

² Doutoranda em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá. E-mail: marih_menegueti@hotmail.com. Endereço para correspondência: Rua Ivaí, 722, apto 204, Maringá – PR. CEP: 87005-270.

INTRODUÇÃO

As questões sobre o sujeito inquietaram e inquietam as ciências humanas e outros campos de conhecimento. No que se refere à Psicologia, diversas de suas abordagens se voltaram para o seu conhecimento a fim de pensar a prática psicológica, de forma que a compreensão do sujeito e dos processos pelos quais ele se constitui é o foco central e base da ciência psicológica (Tomanik, Facci & Barroco, 2009). Apesar das especificidades e das diferenças de cada teoria psicológica, há um aspecto que permanece comum em boa parte delas: a separação entre objetividade e subjetividade. Assim, temos, de um lado, visões objetivistas, que absolutizam os fatores objetivos e submetem o sujeito e a subjetividade à realidade externa a ele, e, de outro lado, visões subjetivistas em que sujeito e subjetividade são, ilusoriamente, tornados autônomos e absolutos (Gonçalves, 2001). Esta forma de entendimento faz com que a ciência psicológica se depare com sérias dificuldades para refletir sobre a complexidade do ser humano, pois,

no primeiro caso, o resultado é uma subjetividade desconsiderada na sua complexidade, seja por sua redução ao comportamento observável ou aos aspectos racionais-cognitivos. No segundo caso, a subjetividade é ilusoriamente tomada em sua complexidade, já que, embora apresentada como complexa, termina por ser limitada por uma realidade hostil que impede sua realização (Gonçalves, 2001, p. 48).

Com este texto, pretendemos contribuir com o tema, trazendo subsídios para a compreensão do sujeito. Para tanto, nos fundamentamos no existencialismo de Jean-Paul Sartre (1905–1980), pois o pensamento sartreano envolve elementos que superam alguns impasses que caracteri-

zam o estudo do objeto da Psicologia, entre eles, as dicotomias sujeito *versus* objeto, interno *versus* externo, determinismo *versus* liberdade etc.

SUJEITO, SUBJETIVIDADE E OBJETIVIDADE NO EXISTENCIALISMO DE SARTRE

Jean-Paul Sartre foi um filósofo, nascido em Paris no ano de 1905 e que viveu durante praticamente todo o século 20, vindo a falecer em 1980 na mesma cidade. Foi grandemente influenciado por Edmund Husserl, um matemático e filósofo alemão que teceu sérias críticas ao psicologismo de sua época. Muito embora Sartre seja mais conhecido por suas obras filosóficas, seus estudos não se restringiram ao campo da Filosofia, uma vez que buscou a articulação deste conhecimento com a Fenomenologia e também com a Psicologia, o que fica evidente em suas obras dos anos 1930, tais como *A Transcendência do Ego* (1937), *A Imaginação* (1936/1987), *O Imaginário* (1940/1996) e *Esboço para uma Teoria das Emoções* (1939/2010).

Segundo Schneider (2002), Sartre criticou concepções racionalistas, subjetivistas e deterministas que dominavam a ciência psicológica e buscou construir não apenas uma teoria, mas, também, uma metodologia voltada para o homem concreto, em constante relação com a materialidade circundante. Além de conceber o homem como concreto e relacional, o existencialismo sartreano o concebe, também, como um agente da história individual e coletiva.

Sartre concebia que “subjetividade e sujeito são aspectos distintos” (Schneider, 2002, p. 204). Assim, muito embora o estudo da constituição do sujeito deva contemplar, também, a subjetividade, não podemos considerar que os termos são sinônimos e, muito menos, reduzir o sujeito somente à dimensão subjetiva.

Para a compreensão da noção de sujeito em Sartre (1943/2011), devemos, antes, esclarecer as duas regiões ontológicas, abordadas por ele em sua obra *O Ser e o Nada: Ensaio de Ontologia Fenomenológica*. Nesta obra, Sartre demonstrou sua apreensão da realidade, dividindo-a em dois modos de ser: o *ser-em-si* e o *ser-para-si*. O ser em-si diz respeito à objetividade, isto é, aos objetos visados pela consciência. É tudo que não é a consciência. Sartre sintetizou o ser em-si em três características fundamentais: o ser é; o ser é o que é; e o ser é em si. Assim, é um ser que coincide consigo mesmo, que é opaco, maciço, acabado e indiferente a qualquer alteridade, um ser que “não se coloca jamais como *outro* a não ser si mesmo; não pode manter relação alguma com o outro” [grifos do autor] (Sartre, 1943/2011, p. 39).

Diferentemente do ser em-si, que coincide consigo mesmo e, portanto, é indiferente a alteridade, há o ser para-si, que diz respeito à consciência ou à subjetividade – que, numa perspectiva existencial sartreana, são a mesma coisa. Apoiando-se nas contribuições de Husserl, Sartre (1943/2011) reafirmou que a consciência é intencional e só pode ser concebida como relação a algo que ela não é. Nas palavras de Sartre: “toda consciência, mostrou Husserl, é consciência de alguma coisa. Significa que não há consciência que não seja posicionamento de um objeto transcendente ...” (p. 22). Assim, “se a consciência nasce tendo por objeto um ser que ela não é” (p. 34), tal como frisou Sartre, ela, diferentemente dos seres em-si, não coincide consigo mesma e, portanto, está sempre em busca de um ser que possa completá-la, para, desta forma, efetivar a coincidência consigo mesma que ela almeja (Boechat, 2011). Este ser que a consciência busca para completá-la é, segundo Sartre (1943/2011), o ser em-si. Todavia, nesta busca, a consciência não visa a transformar-se em um simples em-si, haja vista que se perderia como cons-

ciência, mas visa a transformar-se em um em-si-para-si: um ser consciente, mas com as características dos seres em-si (opaco, maciço, permanente, acabado).

Se, na perspectiva sartreana (Sartre, 1943/2011), a subjetividade é tomada como sinônimo de consciência e é considerada sempre em relação a algo que ela não é, não podemos conceber a subjetividade como uma entidade em si mesma ou como uma estrutura mental. Para Sartre, “a subjetividade absoluta só pode se constituir frente a algo revelado, a imanência não pode se definir exceto na captação de algo transcendente” (p. 34). É por conta de tal fato que o filósofo considera que a subjetividade é sempre uma subjetividade objetivada. Assim, seria insuficiente pretender esclarecer a constituição do sujeito somente a partir da subjetividade, haja vista que ela é apenas uma dimensão do sujeito, assim como a objetividade também o é. Para o filósofo, ambas – objetividade e subjetividade –, relacionadas num processo dialético, produzem o sujeito. Percebe-se, então, que, numa perspectiva sartreana, *subjetividade* é sinônima de consciência e de para-si, enquanto o *sujeito* é uma síntese entre a subjetividade e a objetividade. Segundo Diogo e Maheirie (2007), não podemos tratar de subjetividade absoluta ou de puro objeto, haja vista que cada ser humano, como sujeito, é constituído pela objetividade, mediada pela subjetividade. Neste contexto, um elemento importante a ser levado em consideração é o mundo.

Sartre (1943/2011) aborda o sujeito, recorrendo à noção heideggeriana de “ser-no-mundo”. Segundo o filósofo, “é o homem no mundo, com essa união específica do homem com o mundo que Heidegger, por exemplo, chama ‘ser-no-mundo’” (Sartre, 1943/2011, p. 43). Isto significa que não há sequer um homem que não esteja inserido na materialidade, num contexto sociohistórico, econômico, político e familiar. Assim, percebe-se que o existencialis-

mo não concebe o sujeito como algo abstrato, desvinculado da objetividade, mas de maneira concreta e relacional.

Sartre (1943/2011) afirma que “não há de um lado, um Para-si, e, de outro, um mundo, como dois todos fechados, cujo modo de comunicação teremos de procurar depois. O Para-Si é, por si mesmo, relação com o mundo” (p. 388). Afirma, também, que “ser, para a realidade humana, é ser-aí; ou seja, ‘aí, sentado na cadeira’, ‘aí, junto a esta mesa’, ‘aí, no alto desta montanha, com tais dimensões, tal direção etc.’ É uma necessidade ontológica” (p. 391). Assim, pode-se considerar que o homem, desde o momento em que nasce, está em constante relação com a objetividade, com os outros, com seu próprio corpo, com o tempo, etc. Todos nós nascemos em uma determinada sociedade e num momento histórico específico, que, ainda que não sejam escolhidos por nós, oferecem os meios para a nossa constituição como sujeitos, na medida em que nos apropriamos de tais condições.

Contudo, afirmar que o homem nasce inserido numa materialidade que oferece o contorno existencial para que realize suas escolhas não significa considerar que o homem é somente um produto das condições objetivas, uma vez que é capaz de, subjetivamente, superar condições impostas, produzindo outras. Nas palavras do filósofo: “os homens fazem a história sobre a base de condições reais anteriores ..., mas são eles que a fazem e não as condições anteriores: caso contrário, eles seriam os simples veículos de forças inumanas que regeriam, através deles, o mundo social” (Sartre, 1960/1987, p. 150).

Para que as relações do homem com o mundo possam se estabelecer, ele necessita tanto do corpo quanto da consciência, já que “o corpo é seu primeiro contato com o mundo [e] a consciência é sua condição, inevitável, de estabelecer

relações” (Schneider, 2002, p. 180). Diferentemente de Descartes, que concebeu corpo e consciência como entidades separadas, nomeando-as, respectivamente, de *res extensa* (substância extensa) e *res cogitans* (substância pensante), Sartre (1943/2011) postulou que “o Para-si deve ser todo inteiro corpo e todo inteiro consciência ...” (p. 388). Isto significa conceber que o para-si é um ser psicofísico por ser integralmente corpo e consciência e que não há corpo sem consciência, nem, tampouco, consciência sem corpo. Muito embora o para-si venha ao mundo dotado de corpo e consciência, isto é, com as condições para estabelecer relações, ainda não lhe está garantida a instauração de uma realidade humana, ou seja, somente o fato de ser corpo e consciência não garante a sua constituição como sujeito. Deste modo, na instauração da realidade humana, a construção de sua essência não está dada, mas precisará ser forjada durante sua existência.

LIBERDADE PARA SER

Foi em sua obra *O Existencialismo É um Humanismo* (Sartre, 1987) que o filósofo demonstrou que o homem é o único ser no qual a existência precede a essência. Assim, se, no reino material, a essência precede a existência, isto é, se as coisas são, num primeiro momento, idealizadas por um artífice, para, somente depois, virem a existir, o homem é o ser que, primeiro, existe e, só posteriormente, durante sua existência, constrói a sua essência, a partir das relações que estabelece com as coisas, com os outros homens, com o tempo, com seu corpo, etc. Diferentemente, ainda, dos animais, que seguem o determinismo biológico de sua espécie, tal como os pássaros, por exemplo, que vão para o norte, no inverno e, para o sul, no verão, o homem rompe com todo e qualquer determinismo, incluindo o determinismo de sua espécie,

podendo, então, fazer e fazer-se diferente do que lhe havia sido destinado (Schneider, 2013). Nas palavras do filósofo:

em primeira instância, o homem existe, encontra a si mesmo, surge no mundo e só posteriormente se define. O homem, tal como o existencialista o concebe, só não é passível de uma definição porque, de início, não é nada: só posteriormente será alguma coisa e será aquilo que ele fizer de si mesmo (Sartre, 1987, p. 3).

Com esta máxima de que a existência precede a essência, refuta qualquer determinismo, bem como a ideia de uma natureza humana, afirmando a plena liberdade do homem: ele é somente aquilo que fizer de si mesmo, pois, para o filósofo, “se toda a natureza é regida pelo determinismo, ao homem, e só a ele, cabe o reino da liberdade” (Perdigão, 1995, p. 86). É por este motivo que o filósofo afirmou que “o Para-si é o ser que se define pela ação” (Sartre, 1943/2011, p. 535).

É sabido que Sartre foi um dos filósofos que mais se debruçou sobre o tema da liberdade. Contudo, convém assinalar a diferença entre a liberdade defendida pelo filósofo francês e a liberdade tal como é concebida pelo senso comum. Para o senso comum, liberdade é não encontrar resistência ou oposição aos próprios projetos. Assim, para o senso comum, ser livre é conseguir obter o que se quer, o que faz com que tal liberdade seja concebida como liberdade de obtenção. Sobre tal questão, Sartre (1943/2011) apontava:

o senso comum, com efeito, concordará conosco: o ser dito *livre* é aquele que pode realizar seus projetos. Mas, para que o ato possa comportar uma *realização*, é preciso que a simples projeção de um fim

possível se distinga *a priori* da realização desde fim. Se bastasse conceber para realizar, estaria eu mergulhado em um mundo semelhante ao do sonho, no qual o possível não se distingue de forma alguma do real [grifos do autor] (p. 594).

Diferentemente da liberdade de sonho, defendida pelo senso comum, a liberdade sartreana manifesta-se concretamente, isto é, é situada na realidade objetiva. Percebe-se, então, que o conceito sartreano de liberdade considera as resistências e as oposições que poderiam limitá-la e, portanto, a liberdade não é de obtenção, mas de eleição, haja vista que se encontra fundamentada na autonomia de escolha. Assim, de maneira diversa da forma como é concebido pelo senso comum, para Sartre, o êxito não importa em absoluto à liberdade: o fato de um prisioneiro não conseguir escapar da prisão não o faz menos livre, já que ele é sempre livre para tentar uma fuga ou para resignar-se à prisão. Schneider (2002) aponta que “não poderíamos conceber que o homem é livre em certas ocasiões e em outras não, conforme as condições em que se encontra. Não! O homem ou é inteiramente livre ou não o é, independente de onde se encontre” (p. 240). Percebe-se, desta forma, que, para o existencialismo sartreano, o homem é livre, sendo ele quem se define a partir daquilo que fizer de si mesmo, ou seja, daquilo que projeta no futuro, por meio de suas ações, de seus atos e de suas escolhas. Entretanto, tais escolhas não são realizadas ao seu bel prazer, pois a máxima sartreana de que a existência precede a essência apresenta implicações no campo da moral e da ética, isto é, no que se refere à responsabilidade das ações do sujeito.

De acordo com Sartre (1987), “se a existência precede a essência, o homem é responsável pelo que é” (p. 3). Isto significa que o homem é o único responsá-

vel por suas ações, que não há nada nem ninguém, nenhum imperativo categórico universalmente válido ou leis éticas gerais que possam determinar suas escolhas ou indicar o caminho a seguir: o homem é somente aquilo que fizer de si mesmo. Bueno (2007) afirma que o homem está desamparado, sem desculpas, sem subterfúgios e sem apoio. Em sua obra *O Existencialismo É um Humanismo*, Sartre (1987) criticou tanto a moral cristã quanto a moral kantiana, e buscou demonstrar que não há caminhos prontos, é necessário escolher e assumir as consequências das escolhas. Desta forma, a responsabilidade, conforme Sartre, não diz respeito somente aos aspectos individuais, mas atinge, também, a esfera social, pois o filósofo acreditava que, ao fazermos escolhas, escrevemos não apenas a nossa história individual, mas, também, a história coletiva, na medida em que deixamos marcas na objetividade. Assim, somos responsáveis não apenas por nós mesmos, mas por toda a humanidade. Sartre apontava que, em todos os nossos atos, criamos o homem que queremos ser. Estamos criando, também, uma imagem do homem tal como julgamos que ele deva ser e, assim, “tudo se passa como se a humanidade inteira estivesse de olhos fixos em cada homem e se regresse por suas ações” (Sartre, 1987, p. 5).

O SUJEITO PROJETA-SE CONSTITUINDO-SE E CONSTITUI-SE PROJETANDO-SE

Para defender a plena liberdade humana e postular que a ação do homem não encontra determinismos, Sartre (1943/2011) necessitou romper com algumas concepções tradicionais, dentre elas, a concepção tradicional do tempo. Sabe-se que a grande maioria dos pensadores considerou o tempo um fenômeno do mundo exterior, ou seja, como uma dimensão da objetividade, dotada de uma linearidade se-

quencial pautada no princípio de causa e efeito, em que o passado determina o presente e ele, por sua vez, determina o futuro. De maneira diversa a estes pensadores, Sartre (1943/2011) concebeu o tempo, não como uma dimensão do em-si, ou seja, da objetividade, mas como uma dimensão da realidade humana, isto é, do para-si, ou seja, da consciência. É por este motivo que Perdigão (1995) apontou que não é a consciência que existe no tempo, mas é o tempo que existe na consciência. Além disto, o filósofo afasta-se da concepção linear de tempo e postula que passado, presente e futuro não são instantes separados por breves intervalos, mas estão ligados, numa dinâmica temporal inseparável, em que cada um deles encontra seu sentido nos demais.

Como consequência do abandono da concepção linear de tempo, o passado deixou de ser concebido como causa do presente, pois, tal como aponta Moutinho (1995), “não é o passado que determina o presente, no sentido de causa e efeito, mas a consciência é no presente conforme o futuro que ela visa” (p. 57). Percebe-se, então, que o futuro é a dimensão temporal que se reveste de maior importância para a realidade humana, na medida em que o homem vive, constantemente, em função dos possíveis futuros, isto é, está sempre além de si mesmo e do mundo, em direção ao porvir, a fim de encontrar seu complemento, ou seja, o que lhe falta. Nas palavras de Perdigão (1995):

sendo aquilo que ainda não sou, o futuro representa bem aquilo que me falta. Um ser cujo complemento se acha sempre mais além, o Para-si, totalização-em-curso, tem no futuro o seu Ser faltante, a sua totalidade. O futuro anuncia ao Para-si o preenchimento desta falta, mostra-lhe a totalidade sempre inconclusa de seu Ser, indica-lhe aquilo que pode ser e ainda não é.

O futuro surge como “aparição-à-distância” de seu Ser inteiramente acabado. Encaro o futuro como se nele eu próprio me aguardasse, sólido e completo, absoluta totalidade (p. 75).

Este movimento do sujeito de estar sempre além de si mesmo, lançado em direção ao futuro, em busca de uma totalização, de uma definição de si mesmo, é o que Sartre (1960/1987) denominou de projeto. Para o filósofo, o projeto é a “... superação subjetiva da objetividade em direção à objetividade, tenso entre as condições objetivas do meio e as estruturas objetivas do campo dos possíveis, representa em si mesmo a unidade em movimento da subjetividade e da objetividade” (p. 154). Em outras palavras, pode-se considerar que o projeto faz a mediação entre duas objetividades: a presente e a futura (Perdigão, 1995). Por meio do projeto, nega-se uma situação dada em função de uma situação ainda inexistente. É por este motivo que a práxis humana é compreendida como negatividade e positividade: negatividade com relação às condições já postas e positividade com relação ao ainda não existente, ao futuro.

Em conferência realizada no Brasil, Sartre (2005) exemplificou o conceito de projeto da seguinte forma:

se os senhores tirarem o paletó por causa do calor ... terão negado uma situação dada e a negaram em função, de um lado, de um estado que tinham de mal-estar e, de outro, de um estado que conhecem, é o de menos calor, mas que não existe (p. 83).

Percebe-se, desta forma, que na concepção sartreana, o homem é uma transcendência constante, já que é sempre livre para buscar sua superação, para fazer-se diferente daquilo que foi feito dele, para

criar-se e escolher-se. Percebe-se, então, que a essência humana construída não é imutável, pois, a qualquer momento, o homem pode alterar o seu projeto, construir-se e constituir-se de uma forma diferente. Nas palavras do filósofo: “o homem caracteriza-se antes de tudo pela superação de uma situação, pelo que ele chega a fazer daquilo que se fez dele, mesmo que ele não se reconheça jamais em sua objetivação” (Sartre, 1960/1987, p. 151-152).

SUJEITO E INTERSUBJETIVIDADE

Afirmar que é sempre possível buscar uma superação e fazer-se diferente daquilo que foi feito dele não significa considerar que os homens vivem imprevisivelmente. Há uma coerência interna e uma maneira própria de ser, que foi denominada por Sartre de “projeto fundamental”, que diz respeito à escolha que cada um faz de si mesmo (Perdigão, 1995). Esta escolha, e também, a imagem que o indivíduo cria de si mesmo penetram em todas as demais escolhas, nas emoções e nos comportamentos do homem. Assim, “todas as manifestações concretas da vida humana são diferentes expressões desse projeto fundamental” (Perdigão, 1995, p. 105).

Contudo, não se pode deixar de considerar que a escolha que cada indivíduo faz de si mesmo não depende somente de sua vontade, mas, também, das possibilidades apresentadas a ele. É devido a isto que, algumas vezes, o projeto de ser pode tomar um rumo diferente do que havia sido planejado. Durante sua existência, “o homem encontra na sua história pessoas que, de certa forma, confirmam seu projeto e outras que desconfirmam. Pessoas que são como um ‘trampolim’ e pessoas que são como um ‘muro’ para sua perspectiva de futuro” (Maheirie, 1994, p. 134-135). Assim, para compreender a constituição de um sujeito, faz-se imprescindível a compreensão das relações que ele estabelece com os outros

e com a sociedade, haja vista que ambos participam da construção de seu projeto e da sua constituição como sujeito.

No processo de construção de sua essência, o homem se depara com outros existentes que, assim como ele, também estão se realizando. Assim, percebe-se que tal processo *não ocorre num meio isolado, mas* no mundo da interobjetividade, mundo que nos remete a outro aspecto da subjetividade humana que não podemos deixar de considerar: o ser-para-outro (Sartre, 1943/2011). Em sua obra, Sartre (1943/2011) aponta que o ser-para-outro faz parte da facticidade do para-si, uma vez que “o fato do outro é incontestável e me alcança em meu âmago” (p. 334). Nascemos em um mundo que já foi significado por outros homens. A todo o momento, nos deparamos com as objetivações, isto é, com as marcas deixadas por outros, tais como: a constituição federal, as placas de trânsito, etc. Mais do que tais códigos, aquele que nasce encontra um mundo dado, com seu modo de organizar a vida, a economia, a política, a cultura etc, que foi deixado pelas gerações passadas. Ademais, ao abordar as relações com o outro, Sartre (1943/2011) trouxe uma novidade: a questão do olhar, que foi exaustivamente abordada em sua ontologia. Não é difícil percebermos que nosso primeiro modo de relação com o outro ocorre por meio do olhar. Contudo, captar um olhar é diferente de captar os olhos. Sartre (1943/2011) apontava que, “se apreendo o olhar, deixo de perceber os olhos” (p. 333). Captar um olhar é ter a consciência de que sou visto pelo outro. O olhar do outro é um intermediário que remete de mim a mim mesmo e que me despoja de minha transcendência. Pelo olhar do outro, deixo de ser o dono da situação e meu ser passa a estar em seu poder. Nas palavras de Sartre (1943/2011), o outro “aparece, pois, como aquele que, em sua plena liberdade e sua livre projeção a seus possíveis, coloca-me de lado e me despoja de minha transcendência” (p. 367).

Sartre (1943/2011) utilizava o mito da medusa para ilustrar tal situação. Assim como acontecia com aqueles que olhavam diretamente para a medusa e eram petrificados, acontece conosco: quando o outro nos olha, ele nos confere qualidades objetivas, nos despoja de nossa transcendência e, assim, passamos a ser algo dado, finito, definido, ao modo do em-si. Sartre (1943/2011) denominava tal experiência de ser objetivado pelo outro de assimilação. Esta primeira atitude para com o outro, que encontra seu extremo no masoquismo, ocorre quando procuro realizar meu ser, adotando, para mim, o ponto de vista do outro, isto é, tento assimilar a visão que o outro tem de mim, tornando-me objeto para ele. Schneider (2002) aponta que esta pressão objetificante é, muitas vezes, a fonte de sofrimento e até mesmo de loucura, já que algumas pessoas não suportam tal pressão sobre seu ser e acabam por alienar-se completamente. Entretanto, não podemos afirmar que há, aqui, um determinismo, haja vista que, se aceitamos a objetivação imposta pelo outro, é por meio de nossa livre escolha de nos assumirmos tal como somos para ele, pois tal como foi discutido anteriormente, para Sartre, *há sempre a possibilidade de nos fazermos diferentes daquilo que foi feito de nós*.

Contudo, há ainda outra atitude abordada por Sartre (1943/2011), que é a reação à alienação do outro, recuperando nossa transcendência, pois passamos a ser considerados *não mais* objetos, mas sujeitos, e, assim, alienamos, isto é, objetivamos quem está à nossa frente. Tal atitude foi denominada por Sartre (1943/2011) de objetivação do outro e pode ir desde a indiferença até o sadismo, que ocorre quando me afirmo absolutamente como sujeito e faço do outro um objeto absoluto.

Tais atitudes, de assimilação ou de objetivação do outro, se opõem. Segundo Sartre (1943/2011), “o fracasso de uma acarreta a adoção da outra” (p. 454). As-

sim, ora, sou objeto para o outro, que assume o papel de sujeito, ora, sou sujeito e faço do outro um objeto para mim; ora, o para-si tenta livrar-se da dominação do outro, ora, o outro tenta livrar-se da dominação do para-si. É por este motivo que Sartre (1943/2011) afirmou que a essência dos relacionamentos humanos é o conflito. Percebe-se, então, que, durante sua existência, o homem se relaciona, a todo o momento, com o outro, e que ele, por atribuir uma significação às coisas do mundo e a mim mesmo, tem um papel fundamental na constituição daquilo que sou. Assim, é no coletivo, num cenário de múltiplas singularidades, que o homem se constitui. Contudo, neste processo de construção de seu ser, o homem constrói não apenas a si mesmo e sua própria história, mas, também, a história coletiva. Portanto, numa perspectiva existencial sartreana, o homem é concebido, simultaneamente, como produtor e produto da história: é produtor, pois, ao agir no mundo, objetiva-se nele, construindo sua história e a história coletiva; e é produto da história, pois interioriza, ou subjetiva, as objetivações deixadas pelas gerações passadas, tornando-se, assim, uma subjetividade objetivada. É devido a isto que podemos considerar que a constituição do sujeito, nesta perspectiva, é realizada por meio da dialética entre objetividade e subjetividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de síntese, destaca-se, então, que, de acordo com o existencialismo sartreano, o homem, sendo um ser psicofísico, isto é, dotado de corpo e de consciência, nasce com as condições para que instaure a realidade humana. Contudo, nascer dotado de corpo e consciência não garante que tal realidade seja instaurada, pois, tal como foi discutido anteriormente, sua essência, ou seja, aquilo que o singulariza e caracteriza seu modo de ser

e de estar no mundo precisa ser construído durante sua existência. Portanto, para a perspectiva sartreana, o homem vem ao mundo como total indeterminação e, somente a partir das relações do seu corpo e sua consciência com o mundo, se constitui como sujeito específico. Em outras palavras: pode-se considerar que, ao nascer, o sujeito é inserido em um determinado contexto histórico, social, cultural, político, econômico e familiar que não foi por ele escolhido, já que é fruto das objetivações deixadas pelas gerações passadas. A partir do momento em que começa a se relacionar com a objetividade que o circunda, ele realiza o movimento de interiorização desta exterioridade, isto é, subjetiva tal objetividade, tornando-se, assim, um sujeito específico, com sua própria singularidade.

Todavia, não se deve concluir que o homem é um simples produto das condições objetivas, pois, ao mesmo tempo em que realiza o movimento de interiorização da exterioridade, o homem deixa suas marcas na objetividade, construindo, assim, sua história pessoal e a história coletiva. Dessa forma, pode-se afirmar que a realidade objetiva vivida pelo sujeito se torna subjetiva e, esta realidade subjetiva, por sua vez, se objetiva por meio de suas ações e de suas escolhas, o que torna o homem um produto, mas também um produtor; constituído e constituinte e, como produtor e constituinte pode, através de seu projeto subjetivo e da livre práxis, superar sua condição de produto e constituído.

Percebe-se que a perspectiva de Jean-Paul Sartre leva tanto os aspectos objetivos, quanto os aspectos subjetivos em consideração na medida em que concebe que a constituição do sujeito ocorre por meio da relação dialética entre objetividade e subjetividade na produção do contexto social, o que permite que o homem seja analisado em sua riqueza e complexidade. É uma perspectiva que não busca compreender o homem de maneira abstrata, mas em cons-

tante relação com os outros e com a sua materialidade, ou seja, como liberdade, capaz de superação da realidade objetiva.

Ademais, outra contribuição da perspectiva sartreana consiste em enfatizar a condição de superação do sujeito, destacando que ele é capaz de se posicionar em relação às condições objetivas, buscando superá-las, impulsionado por aquilo que ainda não é. Tal forma de entendimento contribui para a emancipação e a abertura de possibilidades, pois concebe que, tanto o próprio sujeito, quanto as situações nas quais ele se encontra inserido podem se fazer diferentes do que são.

As reflexões de Sartre podem contribuir para uma inteligibilidade mais ampla acerca do sofrimento psíquico, que pode ser entendido não apenas como sofrimento exclusivamente íntimo e individual. Uma vez que a perspectiva existencial sartreana concebe o homem como um ser histórico-social, que se constitui a partir da relação dialética entre a objetividade e a subjetividade no contexto social, o sofrimento, como parte da realidade humana, deve conter, também, a marca da intersubjetividade, da história e da sociedade.

REFERÊNCIAS

- Boechat, N. C. (2011). *História e Escassez em Jean-Paul Sartre*. São Paulo: EDUC: FAPESP.
- Bueno, I. S. (2007). *Liberdade e Ética em Jean-Paul Sartre*. (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Diogo, M. F. & Maheirie, K. (2007). Uma breve análise da constituição do sujeito pela ótica das teorias de Sartre e Vygotski. *Aletheia*, (25), 139 – 151. Recuperado em novembro de 2014, de http://pep-sic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-03942007000100011&script=sci_arttext.
- Gonçalves, M. G. M. (2001). A psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: a historicidade como noção básica. Em A. M. B. Bock; M. G. M. Gonçalves & O. Furtado (orgs.). *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia* (pp. 37 – 52). São Paulo: Cortez.
- Maheirie, K. (1994). *Agenor no Mundo: Um estudo psicossocial da identidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- Moutinho, L. D. S. (1995). *Sartre: Existencialismo e liberdade*. São Paulo: Moderna.
- Perdigão, P. (1995). *Existência e Liberdade: Uma introdução à filosofia de Sartre*. Porto Alegre: L&PM.
- Sartre, J.-P. (1937). *A Transcendência do Ego – Esboço de uma descrição fenomenológica* (A. O. T. Carrasco, Trad.). Em *Recherches Philosophiques*, (6).
- Sartre, J.-P. (1987). *A Imaginação* (L. R. S. Fortes, Trad.). (3. ed., pp. 33 – 106). (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural. (Originalmente publicado em 1936).
- Sartre, J.-P. (1987). *Questão de Método* (B. Prado Jr., Trad.). (3. ed., pp. 109-191). (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural (Originalmente publicada em 1960).
- Sartre, J.-P. (1987). *O Existencialismo É um Humanismo* (R.C. Guedes, Trad.). (3. ed., pp. 1 – 32). (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural.
- Sartre, J.-P. (1996). *O Imaginário: Psicologia fenomenológica da imaginação*. São Paulo: Ática (Originalmente publicada em 1940).
- Sartre, J.-P. (2005). *Sartre no Brasil: A conferência de Araraquara* (2. ed.). (L.R.S. Fortes, Trad.). São Paulo: Editora UNESP
- Sartre, J.-P. (2010). *Esboço para uma Teoria das Emoções* (P. Neves, Trad.). Porto Alegre: L&PM (Originalmente publicada em 1939).

Sartre, J.-P. (2011). *O Ser e o Nada: Ensaio de Ontologia Fenomenológica* (P. Perdigão, Trad.). (19. Ed.). Petrópolis: Vozes (Originalmente publicada em 1943).

Schneider, D. R. (2002). *Novas Perspectivas para a Psicologia Clínica: um estudo a partir da obra de "Saint-Genet: comédien et martyr" de Jean-Paul Sartre*. (Tese de doutorado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Schneider, D. R. (2013). A liberdade enquanto dimensão ontológica do homem. *Comciência*, (146). Recuperado em novembro de 2014, de <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=86&id=1057>

Tomanik, E. A.; Facci, M. G. D. & Barroco, S. M. S. (2009). Apresentação. Em E. A. Tomanik; A. M. P. Caniato & M. G. D. Facci (orgs.). *A Constituição do Sujeito e a Historicidade* (pp. 7 – 10). Campinas: Alínea.

RECEBIDO EM: 15/05/2016

APROVADO EM: 25/10/2016